Mulheres Contra o Grupo de Extermínio Mão Branca em Campina Grande (1980): Celma e Dra. Terezinha Braga.

Woman Against the Extermination Group White Hand in Campina Grande (1980): Celma and Dra. Terezinha Braga.

Mujeres Contra el Grupo de Exterminio Mão Branca en Campina Grande (1980): Celma y Dra. Terezinha Braga.

Helmano Ramos[1]

Resumo:: O objetivo é contarmos a história da atuação do grupo de extermínio Mão Branca, no ano de 1980, na cidade de Campina Grande-PB, através da denúncia de duas mulheres: Uma delas, Celma, era uma popular, feirante, e viu o momento em que o seu sobrinho, Carlos Alberto, foi executado pelos Mão Branca, e com ela, reuniu outra testemunha Mariza Nadja de Sousa. Com histórias semelhantes à de moradores dos bairros da zona leste da cidade, Eriomar Simão de Lucena, Perré, dizia ter visto a condução de Renato Arara para a Brasília amarela, utilizada pelo grupo. Através da análise do processo do único condenado e de matérias do jornal Diário da Borborema, as histórias ressaltam que os policiais iniciaram a sua atuação com extorsão e tortura, até a expulsão de Jorge Sousa Costa, Temporal, e o seu retorno à polícia por influência de Ciço Tomé, policial civil, delegado-chefe na central de polícia da cidade, que o colocou como subordinado a Zezé Basílio, e que com o apoio do delator, Zé Cacau, coletava informações de bandidos que passaram a ser presos, espancados e com a justificativa de transferi-los de prisão, eram retirados da casa de detenção, assassinados e seus corpos vendidos em matérias jornalísticas. A quem, a advogada Tereza Braga, juntamente com sua irmã Letice Braga, perpetrou a denúncia, bem como conseguiu reunir a elite intelectual, religiosa e política campinense. A denúncia contra: Zezé Basílio, Ciço Tomé, Temporal, Zé Cacau e Francisco de Sousa, Trovão, acabou na condenação apenas de Zezé Basílio, como Mão Branca, e na absolvição dos demais pelos crimes de homicídio, sendo Zé Cacau, Temporal e Trovão julgados em 1987 por extorsão e tortura e Ciço Tomé que absolvido de todas as acusações, continuou com chefe na central de polícia.

Palavras-chave: Denúncia, Mulheres e Grupos de Extermínio.

Abstract: The objective is to tell the story of the actions of the Mão Branca extermination group, in 1980, in the city of Campina Grande-PB, through the denunciation of two women: One of them, Celma, was a market vendor, and saw the moment when her nephew, Carlos Alberto, was executed by the Mão Branca, and with her, gathered another witness Mariza Nadja de Sousa. With stories similar to those of residents of neighborhoods in the east of the city, Eriomar Simão de Lucena, Perré, said he saw Renato Arara being driven to the yellow Brasília, used by

[1] *Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG (2008), é Bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG (2009), tem Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB (2011) e Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC (2019). É autor do livro Modernidade Industrial e Cidades Prisionais: Estudo sobre favelização urbana e as artes do fazer no Presídio Regional do Serrotão, artigos e publicações na área da História e das Ciências Criminais (Direito e Psiquiatria Forense). Tem experiência na Educação Básica e Carcerária, no Ensino Fundamental, Médio e Superior. Além de se dedicar ao ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica, com destaque ao projeto: A História, a Memória e os Esquecidos no Presídio do Serrotão em Campina Grande (1991-2013). Atualmente, é professor do Ensino Médio na Escola Antônio Corrêa Pereira de Oliveira, na cidade de Condado, Pernambuco. E-mail: helmanoandrade@yahoo.com.br.*

the group. Through the analysis of the case of the only convict and articles from the newspaper Diário da Borborema, the stories highlight that the polices began their activities with extortion and torture, until the expulsion of Temporal, and his return to the police under the influence of Ciço Tomé, civil police officer, chief delegate at the city's police headquarters, who placed him as a subordinate to Zezé Basílio, and who, with the support of the addict Zé Cacau, collected information on criminals who were arrested, beaten and with the justification of being transferred, they were removed from the detention house, murdered and their bodies sold in jornalistic articles. To whom, the lawyer Tereza Braga, together with her sister Letice Braga, perpetrated the accusation, as well as managed to bring together the intellectual, religious and political elite of Campina Grande. Culminating in the accusation against: Zezé Basílio, Ciço Tomé, Temporal, Zé Cacau and Trovão, in the conviction of only Zezé Basílio as Mão Branca and in the acquittal of the others for the crimes of homicide, with Zé Cacau, Temporal and Trovão tried in 1987 for extortion and torture and Ciço Tomé, who was acquitted of all charges, continued to working on the police center.

Keywords: Complaints, Women and Extermination Groups.

Resumen: El objetivo es contar la historia de las acciones del grupo de exterminio Mão Branca, en el año 1980, en la ciudad de Campina Grande-PB, a través de la denuncia de dos mujeres: Una de ellas, Celma, era una popular vendedora ambulante, y vio el momento en que su sobrino, Carlos Alberto, fue ejecutado por el Mão Branca, y con ella reunió a otra testigo, Mariza Nadja de Sousa. Con relatos similares a los de vecinos de barrios del este de la ciudad, Eriomar Simão de Lucena, Perré, dijo haber visto a Renato Arara siendo conducido hacia la Brasilia amarilla, utilizada por el grupo. A través del análisis del caso del único condenado y de artículos del diario Diário da Borborema, los relatos destacan que la policía inició sus actividades con extorsión y tortura, hasta la expulsión de Temporal y su regreso a la policía bajo la influencia de Ciço Tomé, policía civil, delegado jefe en la jefatura de policía de la ciudad, que lo colocó como subordinado de Zezé Basílio y que, con el apoyo del adicto Zé Cacau, recopiló información sobre delincuentes detenidos, golpeados y con la justificación de siendo trasladados. Una vez detenidos, fueron sacados del centro de detención, asesinados y vendidos sus cuerpos en artículos periodísticos. A quien, la abogada Tereza Braga, junto a su hermana Letice Braga, perpetraron la acusación, además de lograr reunir a la elite intelectual, religiosa y política de Campinas. Culminando en la acusación contra: Zezé Basílio, Ciço Tomé, Temporal, Zé Cacau y Trovão, en la condena únicamente de Zezé Basílio como Mão Branca y en la absolución de los demás por los delitos de homicidio, con Zé Cacau, Temporal y Trovão juzgados en 1987 por extorsión y tortura y Ciço Tomé, que fue absuelto de todos los cargos, continuó desempeñando su función en la jefatura de policía.
Palabras clave: Denuncias, Mujeres y Grupos de Exterminio.

Introdução

> Não satisfeitos com tamanho apetite criminoso, os denunciados descambaram para a mais grotesca e privativa forma de punir. Erigiram-se num pelotão de fuzilamento sob a sigla de MÃO BRANCA- com métodos transplantados de outras regiões do país, e passaram a exterminar os marginais cuja relação tinham o cuidado de remeter antes da execução ao matutino 'Diário da Borborema' e, depois de executada a vítima, telefonar para os órgãos de imprensa falada, escrita e/ou televisada, indicando o local onde os corpos podiam ser seguramente encontrados (...) tornaram-se donos de baraço e cutelo de uma cidade do porte de Campina Grande (Trecho do prontuário do

> detento número 97, José Ferreira Basílio, Zezé Basílio, digitalizado no ano de 2013 do Presídio Regional do Serrotão em Campina Grande).

Para Marc Bloch (2001) a história é feita com as inquietações do presente remetidas ao passado, na perspectiva de observar aqueles que fazem e como fazem a história, e nessa perspectiva, ao levantarmos a importância histórica das mulheres, nos remetemos ao desafio para a afirmação política das mulheres no Brasil contemporâneo, cuja leitura de Michelle Perrot (1988, p.185-231) refaz o lugar de exclusão social da cultura doméstica feminina, ante a cultura política e militar masculina. O que não significa evidentemente, uma cultura inexistente ou inoperante, já que as mulheres não são apenas donas de casa, elas estão nas industrias, no comércio e, inclusive na frente de revoluções como a Revolução Francesa (1789) e o Luddismo (1830).

Também podendo ser localizado no período de Ditadura Militar no Brasil (1964-1988) em formas de resistência e luta em que haviam mulheres, e que produziu seus personagens femininos no cenário político, nas lutas sociais e no caso a seguir, na busca por justiça contra o grupo de extermínio Mão Branca, que atuou em Campina Grande no ano de 1980, e que foi denunciado, processado e julgado entre os anos de 1981 e 1987. Sob o qual, a individualização da função de Celma e Dra. Terezinha Braga na denúncia, evidencia-se no processo criminal do único Mão Branca condenado, José Basílio Ferreira, Zezé Basílio, e em matérias do jornal Diário da Borborema de 1980.

Uma perspectiva que, desde quando reconhecido o lugar de excluídas da história, as mulheres demonstram sua liderança nas formas de resistência e nos movimentos revolucionários, através do incentivo a luta armada masculina e da resistência feminina desarmada, mas corajosa no enfrentamento: “elas desempenham nas agitações seu papel tutelar de donas de casa que defendem o nível de vida da família, a qual necessita de trabalho e pão. E isso tanto mais que motins por alimentos às vezes misturam-se ao luddismo” (Perrot, 1988, 31).

A forma de resistência e de luta desarmada e indolente das mulheres, baseadas no poder da palavra e da verdade no depoimento, tornou Celma a primeira e principal testemunha da atuação dos Mão Branca em Campina Grande. Dela, o jornal Diário da Borborema não fornece nenhum dado, mas do processo-crime de Zezé Basílio, extraímos as poucas informações a seu respeito. Que dizia se tratar de Jocelma Alves Fernandes, uma das testemunhas do processo, a única com o nome semelhante ao codinome Celma e sobrenome semelhante à vítima Carlos Alberto Alves, de quem era tia. Celma era solteira, moradora da travessa 5 de agosto s/n, na Feira Central, e ao ver seu sobrinho sendo executado, conseguiu junto com ela, outra

testemunha, Mariza Nadja de Sousa, que moradora da mesma rua, se somou a outras testemunhas nos bairros de José Pinheiro e Monte Castelo, na zona leste de Campina Grande.

O estudo das formas de resistência acessada pelas mulheres durante as revoluções buscadas por Perrot (1988, p. 198) em documentos de arquivos, se soma à experiência teórica da Micro história de Carlo Ginzburg (2007, p.249-279), que ao rejeitar as generalizações, se dedica a análise de processos em arquivos para observar os detalhes e as personagens negligenciadas, e a partir deles, rastrearmos a atuação de Celma, enquanto principal testemunha e tia de uma das vítimas dos Mão Branca, e da Dra. Tereza Braga, advogada que teve seu nome caluniado publicamente no Jornal Diário da Borborema, em uma reportagem feita com Eriomar Simão de Lucena, vulgo Perré, que sendo mais uma vítima dos Mão Branca, dizia ter trabalhado para a Dra. Terezinha, que ela fazia reuniões suspeitas com membros da elite social, política e intelectual de Campina Grande, e que ao cobrá-la o pagamento por seu trabalho, ela teria ordenado seu espancamento.

Nesse sentido, a investigação histórica passa pelo confronto dos dados e a interpretação dos fatos, e pelo levantamento dos detalhes negligenciáveis, na perspectiva de compreender aquilo que tanto os Mão Branca quanto o jornal Diário da Borborema queriam tornar público, mas também de tornar público, interpretações que oriunda do mundo das artes e trazida para o campo da investigação científica, consegue desvendar entre o falso e o verdadeiro, aquilo que faz a personalidade do autor ou a verdade dos fatos: A existência dos Mão Branca e a importância de Celma com seu testemunho e da Dra. Terezinha Braga na denúncia e mobilização social contra o grupo de extermínio.

Então, em entrevista ao Diário da Borborema, Perré apareceu espancado, saindo do hospital e depois dessa entrevista, ele foi assassinado pelos Mão Branca. O que levou a Dra. Terezinha Braga a reunir, a partir da igreja católica, a elite de Campina Grande em torno do fim das execuções em série e do envio ao jornal Diário da Borborema de uma lista com o nome de 115 pessoas marcadas para morrer. O clima de terror na cidade demandou a interferência direta do governador do Estado para a instauração de uma comissão, nomeada exclusivamente para apurar a atuação de um Esquadrão da Morte dentro das polícias da Paraíba, e que tinha no delegado responsável, Agnelo Amorim, um dos citados no Diário da Borborema, por fazer parte das reuniões na casa da Dra. Terezinha Braga.

Desenvolvimento

Para melhor delimitação da participação de Celma e da Dra. Terezinha Braga na busca por justiça contra o grupo de extermínio Mão Branca é necessário relembrarmos a história que quando comparadas as fontes (jornal e processo-crime) e colocado o codinome dos envolvidos, mais público na cidade que os seus próprios nomes, contam a história de policiais que promoveram uma série de crimes: iniciados com extorsão e tortura, até a expulsão de um dos membros da polícia militar, Temporal[2], quando o Mão Branca ainda não existia, e que quando formado o grupo, após a sua reintegração à polícia, devido à influência política de outro acusado, Ciço Tomé, tornou Temporal subordinado ao terceiro acusado, Zezé Basílio, chefe da Primeira Delegacia Distrital de Campina Grande.

Desde então, os policiais transformaram as extorsões e torturas em assassinatos, daqueles que pelas fotografias em vida, pelo nome na lista da morte e pelas execuções fotografadas no jornal Diário da Borborema, eram complementadas pela qualificação jornalística das pessoas assassinadas como criminosos, pela indicação onde o corpo foi encontrado e pelo detalhamento da forma como o corpo foi encontrado, formava-se o grupo de extermínio Mão Branca em Campina Grande.

Na cidade, a divulgação dos fatos nos jornais era o que dava sentido a atuação do grupo, pois conforme Luciana Silva (2009): sempre que planejavam matar alguém, o grupo ligava antes para os jornais, fornecendo detalhes da execução, e fazia o mesmo com a polícia, a quem, indicava o local onde os corpos seriam encontrados. O diálogo da autora com o repórter Assis Costa conta que a direção do Diário da Borborema montava plantão na Central de Polícia, segundo o processo-crime, chefiada por Ciço Tomé, e outro na redação do jornal, e que os repórteres ficavam até meia noite esperando o telefonema, para correr atrás dos corpos.

Mas que, conforme a acusação, Zezé Basílio extorquia dinheiro do tráfico e produtos de furtos dos marginais, e sempre que contrariado, efetuava prisões ilegais, arbitrárias e finalmente: "retirava detentos da Casa de Detenção para a Delegacia e desta para uma viagem sem retorno". Foi o que aconteceu primeiro com um detento da Casa de Detenção de Campina Grande, Carlos Alberto Alves, vulgo Carrinho Mãozinha, a quem, pelo menos Zezé Basílio, no dia 19 de janeiro de 1980, o recambiou para a Primeira Delegacia Distrital de Campina Grande

[2] *Jorge Sousa Costa.*

[3], onde era chefe, e a partir de onde, estimulou a sua fuga. Ao fugir, os Mão Branca forjaram o motivo para incorporarem o Pelotão de Fuzilamento da Polícia Militar da Paraíba.

Mesmo sabendo que o processo apresentava mais de um envolvido, em acusações de extorsão, tortura e formação de grupo de extermínio, o processo imputava vários crimes de homicídio a um único condenado, Zezé Basílio. Em contrapartida, já a primeira denúncia, dizia que ele e Ciço Tomé invadiram a casa da mãe de Carrinho Mãozinha e avisaram: "quando carrinho mãozinha fosse encontrado morto, já sabia que tinha sido ele, que ficasse calada para não morrer também".

Morte que realmente aconteceu, no dia seguinte à fuga, e que foi presenciada pela tia de Carrinho Mãozinha, Celma, que trabalhando na Feira Central de Campina Grande, encontrava-se próxima ao local, e viu o momento em que uma Brasília amarela cercou Carrinho Mãozinha. Dela, saíram os dois acusados: um com a arma na mão e o outro com a arma na cintura, dissimulando, a partir do que, começaram a atirar "em plena avenida canal", primeiro Zezé Basílio, depois Ciço Tomé.

No segundo homicídio, o acusado de ser o chefe do grupo de extermínio, Zezé Basílio, comandante da 1ª D.D (Delegacia Distrital), no bairro de José Pinheiro, e chefe de Temporal, depois dele ser reintegrado à polícia, foi visto saindo do bar do Ceboleiro, localizado em uma das esquinas em frente à delegacia, em companhia da vítima, Renato Arara[4], que "dez minutos depois, foi encontrado morto com 03 tiros de revólver calibre 38".

Já no dia 17 de abril de 1980, três dias depois da divulgação do listão da morte no Diário da Borborema, o jornal anuncia: "Mão Branca cumpre promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços". Em seguida, o repórter afirma que a redação do jornal recebeu um telefonema: "Aqui é Mão Branca. Tem três cadáveres para vocês recolherem, um perto do hospital da FAP, e outros dois na fazenda Velame", e segue: "Não aceito desafio de marginais. Não estou aqui para brincadeira. Os três já foram para o inferno".

O repórter afirma que o telefonema também foi recebido pelo investigador Manoel Luiz às 03:20hs (Três horas e vinte minutos), que estava de plantão na Central de Polícia. Na sequência, o repórter perguntou ao investigador, se o Mão Branca não queria falar com o supervisor polícia da civil, Cícero Tomé, mas o chamado relações públicas do Esquadrão da

[3] Situada no bairro de José Pinheiro, região onde os Mão Branca, comprovadamente atuaram.
[4] No dia 27 de janeiro de 1980.

Morte respondeu que não tem chefe, que o recado foi dado, e que cabe as autoridades cuidarem dos cadáveres, repetindo que tem dois cadáveres no velame e um no hospital da FAP.

O repórter confirma que o investigador Manoel Luiz comunicou o fato aos demais investigadores e ao supervisor do policiamento, mas que os policiais não deram crédito, tendo em vista que durante a noite chegaram vários trotes se dizendo 'Mão Branca'. Mesmo assim, quatro policiais foram para o hospital da FAP, e antes de chegarem ao local, encontraram o corpo de um homem estendido ao solo, no meio da estrada. Os investigadores constataram ser Marcos Antônio de Araújo, Paraibinha, natural da cidade de Patos, que tinha 24 anos, e que durante 34 dias ficou preso na Delegacia de Roubos e Furtos, mas que "havia sido posto em liberdade na última terça-feira". No corpo haviam 12 tiros de revolver 38: um na perna esquerda, três no peito esquerdo, três no rosto, um no braço, um no coração e três na cabeça. Que Paraibinha estava vestido com uma calça escura, uma camisa quadriculada, sapatos e chapéu, além de haver grande quantidade de sangue, indicando ter sido morto no local.

Os policiais colocaram o corpo na viatura da central de polícia e seguiram para a fazenda Velame, onde encontraram o corpo de Marcos Antônio da Silva, Mocotó, campinense, que tinha 20 anos, era solteiro e morador do bairro Santa Rosa. Mocotó foi morto com 10 tiros de revolver 38 e seu corpo estava próximo ao de Paulo José dos Santos Félix, Queimadas, que tinha 17 anos, era solteiro e residente na rua Xavier, na cidade de Queimadas. Ele que durante oito dias, também esteve recolhido na Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), sendo posto em liberdade juntamente com Mocotó e Paraibinha, na manhã da terça-feira e assassinados na madrugada de quarta para quinta.

O jornal dizia que Marcos Antônio da Silva, Mocotó, foi encontrado com 5 tiros, três na cabeça, um no ouvido e um no coração, e que o corpo estava na horizontal, tendo a mão direita sobre o coração e a esquerda a altura da cabeça. Trajava calça clara, camisa, sapatos escuros e meias claras. Ao seu lado, o cadáver de Paulo José dos Santos Felix, Queimadas, com oito tiros: dois no coração, um na cabeça, um no ouvido, dois no peito esquerdo e dois no abdômen. Queimadas estava vestido com uma camisa de cor branca, calção escuro e sandálias.

Os jornalistas do Diário da Borborema disseram que os três cadáveres foram transportados para o necrotério da central de polícia, sendo o fato comunicado ao delegado de plantão Amaury Barros, que o comunicou ao superintendente da polícia civil, Cícero Tomé: "transmitindo a notícia da execução dos referidos marginais". E que em instantes, todos os policiais chegaram à Central de Polícia, juntamente com curiosos que invadiram aquela

repartição para olhar de perto os cadáveres. O que, "obrigou a Polícia a evacuar o pessoal que já àquela hora, ocupavam todos os espaços da Central de Polícia".

Com espaço público garantido na mídia, foi no mês de abril de 1980, que os Mão Branca radicalizaram sua atuação na zona leste, área da Primeira Delegacia Distrital, pois contando com o aparelhamento ideológico político-militar apoiado por uma parcela social próxima da imprensa campinense, passou a divulgar junto à morte de Dedé Julião, o nome de mais 115 (cento e quinze) pessoas marcadas para morrer. Esse terror ideológico, na prática, era contra detentos e ex-detentos da Casa de Detenção, e dessa vez, no dia 17 de abril de 1980[5], demonstrou-se claramente com a chacina dos infratores e do menor, que lá cumpriam pena: Marcos Antônio de Araújo, vulgo Mocotó; Marlon Antônio da Silva, vulgo Paraibinha e Paulo José dos Santos Félix, vulgo Queimadas.

O processo salienta as diferentes versões apresentadas pela imprensa para o sequestro dos detentos da Casa de Detenção, o modo e as pessoas envolvidas, embora tenha certeza que foram as mesmas que mataram: Carrinho Mãozinha, Renato Arara, Perré, Guaxita, Barrão, Dedé Julião, e agora, três detentos de uma vez: "os inditos infratores foram retirados da cela onde se encontravam por Zezé Basílio, Ciço Tomé e outros, sob o pretexto de serem levados para outra cela, pelo contrário, foram conduzidos para as cercanias da cidade e aí executados".

A repercussão das mortes de Carrinho Mãozinha, Renato Arara e dos três detentos de uma vez, fizeram os Mão Branca mudarem a tática, mas não o alvo, na semana seguinte[6], o grupo sequestrou um ex-detento da Casa de Detenção, o assassinou e desovou o corpo no Sítio Bananal. Para a promotoria, a vítima era Antônio Cavalcanti D. de Araújo, vulgo Barrão, detento que em liberdade por ser doente de leucemia, não pôde morrer pela doença, pois foi sequestrado da Favela da Cachoeira e desovado na zona rural de Campina Grande, local escolhido por ser próximo ao sítio de Zezé Basílio, no chamado Bananal.

Conforme reafirmado, no dia seguinte à morte dos três detentos que haviam sido soltos na terça, executados na madrugada de quarta e os corpos vendidos nos jornais da manhã de quinta, que na manhã da sexta-feira daquela semana de terror, no dia 18 de abril de 1980, o jornal Diário da Borborema voltou a noticiar: "Carrasco risca mais um da lista: 'Mão Branca' executa 'Barrão' com 16 tiros".

[5] *Três dias depois da última lista da morte, no dia 14 de abril de 1980.*
[6] *Entre os dias 01 e 02 de fevereiro de 1980.*

A reportagem dizia que aos 40 minutos da madrugada um agente da Delegacia de Roubos e Furtos recebeu o telefonema que disse para não se apavorar com a notícia, que era o Mão Branca, e que "tem um bandido no inferno", dando a localização exata: "do lado esquerdo, antes da rampa há uma entrada. O cadáver está lá". A ideia de mais um trote à noite de desordeiros e pessoas embriagadas se passando pelos Mão Branca persiste, até que por volta das 6 horas da manhã, "depois de insistência dos repórteres em fazer uma diligência para verificar se o telefonema dando conta da execução de mais um marginal era ou não verdadeira".

Pela insistência dos jornalistas, uma viatura da roubos e furtos se desloca para o sítio Bananal, onde nem o motorista nem os investigadores observaram nada pela estrada escondida, que havia antes da lombada na BR-104, e que na outra rampa viu do lado esquerdo, uma estrada estreita com marcas de pneu de carro. A viatura seguiu a estrada acompanhando as marcas e chegou a uma residência, onde verificou não haver nenhum corpo.

Citada no processo como a casa rural de Zezé Basílio, no caminho de retorno à Central de Polícia, pensando cair no trote, ao descer a lombada do Bananal, a equipe observou haver uma outra estrada, e que para tirar todas dúvidas, os policiais entraram, observando as marcas do pneu, e que ao encontrar um trabalhador braçal que transitava em sentido contrário, com destino à BR 104, os investigadores perguntaram se viu algum cadáver. O popular afirmou que sim, que o corpo estava ali próximo "debaixo de uma jaqueira". A viatura seguiu para o local e o cadáver estava "exatamente onde o 'Mão Branca' havia descrito".

Antes da identificação da vítima, os agentes destacaram o estrago existente no cadáver, principalmente no rosto, onde foram dados vários tiros e faltava um olho, o que dificultou sua identificação. Que o corpo estava com parte do rosto no solo, o que fez o agente Jurandir virá-lo para identificação de Antônio Cavalcante de Aquino, Barrão, que tinha 29 anos, era morador da Favela da Cachoeira, casado, e que tinha várias entradas na Delegacia de Roubos e Furtos, sendo a última no dia 12 de março de 1980, por roubo a residência.

A reportagem aproveitou a quantidade de tiros da execução, para informar que Barrão foi encontrado com 16 balaços, distribuídos em cinco na cabeça, um no olho esquerdo, dois no braço direito, um no ouvido, um no pescoço, dois no peito direito, dois no peito esquerdo e dois no abdômen. Reafirma a condição de um marginal que estava estendido ao solo, executado no local onde foi encontrado, à beira da estrada no sítio Bananal, que trajava calça preta, camisa amarela com ondas pretas, calçado com sandálias japonesa. Que a viatura chefiada pelo agente Jurandir foi para o local da desova, "justamente no local indicado pelo 'Mão Branca' no telefonema que fez durante a madrugada, para central de polícia".

Logo em seguida, com narrativa próxima à da tia de Carrinho Mãozinha, um trabalhador braçal, Eriomar Simão de Lucena, vulgo Perré, testemunhou a condução de Renato Arara por Zezé Basílio, do bar do Ceboleiro para a Brasília amarela. Essa relação ganhou notoriedade, devido ao conhecimento de bairro que Perré tinha com Carrinho Mãozinha e com Renato Arara. Mas principalmente, pelo estímulo ao testemunho de Perré dado por Antônio Vieira, que sendo seu patrão, também era esposo da ex-mulher de Temporal, com quem estavam os filhos do militar reintegrado à polícia. Esse fato revela tanto a expulsão de Temporal, quanto a sua reintegração à polícia, além de revelar ser ele, o elo de ligação dos criminosos com as vítimas dos Mão Branca.

A acusação leva a crer que o assassinato de Perré se deu por dois motivos: primeiro porque ele era informante do ex-investigador da polícia militar, Temporal, no período em que ele morou em Feira de Santana, Estado da Bahia, de onde colaborava com a polícia da Paraíba, visando sua indicação ao cargo de policial no Estado, o que realmente ocorreu. Segundo, porque o mesmo informante do policial, Perré, era empregado do estabelecido comerciante do bairro de José Pinheiro, Antônio Vieira, então, casado com a ex-esposa do reintegrado militar de ofício, Temporal.

Dessa intriga, assim que chegou à Campina Grande como subordinado de Zezé Basílio, na Primeira Delegacia Distrital, Temporal e Antônio Vieira mantiveram uma inimizade declarada. Essa inimizade, fez Antônio Vieira estimular no seu empregado, Perré, a denúncia dos membros dos Mão Branca. Ao mesmo tempo, a amizade de Perré com os mortos pelo grupo de extermínio, o fazia indicar os autores dos assassinatos de Carrrinho Mãozinha e de Renato Arara, o tornando também, vítima dos Mão Branca. Ele que não se encorajava em apresentar uma queixa formal à polícia, chefiada na região por Zezé Basílio, e na Central de Polícia por Ciço Tomé, mas sempre que bebia, costumava revelar quem eram os Mão Branca:

> Preso pelo denunciado (Zé Cacau), barbaramente espancado e depois de sua alta do Hospital Antônio Targino, foi sequestrado na noite do dia 01 para o 02 de fevereiro do corrente ano (1980), por cinco homens que ocupavam um veículo nas proximidades do local onde trabalhava e encontrado morto com um tiro na boca. (Trecho do prontuário do detento número 97, José Ferreira Basílio, Zezé Basílio, digitalizado no ano de 2013 do Presídio Regional do Serrotão em Campina Grande).

Nessa perspectiva, apesar de Perré ter fama de alcaguete: criminoso que para não ser preso, denuncia outros criminosos, foi a motivação passional de Antônio Vieira e a vingança de Temporal que fez Perré vítima dos Mão Branca. Tudo porque, trabalhando para o esposo da ex-mulher de Temporal, e conhecendo todos os assassinados, bem como seus assassinos, foi a

vítima considerada morta por imprudência, entretanto, de onde surgiram as denúncias mais contundentes, já que era a principal testemunha, juntamente com Celma.

A partir desse crime, denunciado no bairro de José Pinheiro, para desviar a atenção da relação de Temporal com a vítima, no dia seguinte a sua divulgação nos jornais[7], os Mão Branca modificaram a tática de sequestro, tortura e assassinato de detentos, para um crime sem motivo aparente, mas que tinha como alvo, mais uma pessoa fichada na Casa de Detenção, Dedé Julião, morto com um tiro pelas costas ao bater à porta do também ex-presidiário, Guaxita, no bairro de Nova Brasília. Essas mortes, mais que o medo, deslocava a relação dos criminosos com os crimes, através da inimizade de Temporal e Antônio Vieira, na qual Perré, informante de um e empregado do outro, foi a vítima.

A atmosfera de terror vivido pelas testemunhas que se encorajaram a depor contra os Mão Branca levou o jornal Diário da Borborema, no dia 15 de julho de 1980, a apresentar Antônio Cavalcante, Perré, espancado, sendo conduzido pelo braço por uma funcionária do hospital ao alojamento policial, onde iria permanecer sob proteção, seguida à manchete: operário volta a fazer sérias acusações contra Tereza Braga.

A matéria dizia que Perré fazia acusações contra a advogada Tereza Braga, após receber alta do hospital Antônio Targino, sendo por isso, na manhã do dia 16 de julho de 1980, conduzido à delegacia de costumes, onde foi apresentado ao delegado Joaquim Sinfrônio, e depois levado ao IML, onde foi feito o laudo pelo legista Roberto Agra. Ouvido pela polícia, Perré apontava a Dr. Terezinha Braga como a autora das acusações contra a polícia, segundo ele, pelos crimes praticados pelos Mão Branca.

A afirmativa abriu sua entrevista ao jornal, enquanto o jornalista Assis Costa perguntava seus dados: Nome do entrevistado e que passasse a responder e a relatar sua versão do que aconteceu na noite daquela sexta-feira. Antônio Cavalcante, Perré, disse que trabalhava na residência da advogada Tereza Braga, e que ela fazia grandes reuniões à noite e queria que ele também participasse e dissesse que Zezé Basilio, Cícero Tomé, Cacau e Temporal, e mais alguns, eram os Mão Branca. E que também, já tinham matado muitos, e que andavam ameaçando ela também. Até que nas palavras dele, ela o jogou da casa dela para fora, sem pagar nada pelo que havia trabalhado.

Disse que na rua, ficou parado em um posto, Sacy, onde à noite, também deram dormida no caminhão, e quando foi na sexta-feira, a Dra. Terezinha Braga esteve no posto para

[7] *No dia 02 de março de 1980.*

abastecer, quando Perré chegou e disse: “D. Tereza eu preciso recebe o meu dinheiro, eu trabalhei dois meses pra senhora e a senhora não me pagou, eu quero receber de qualquer maneira. Daí ela disse; se vire”. Ele replicou que iria procurar seus direitos e ela respondeu que fosse até para o inferno.

Conta que na mesma noite, por volta das 6 horas, estava no posto e chegou um desconhecido e o espancou, completando: “a mando dela, eu tenho a maior certeza”. Na sequência, o repórter Assis Costa perguntou: “Ela queria que você acusasse quem?”. Perré respondeu: Queria que eu acusasse Cícero Tomé e Zezé Basílio, pois eles eram os Mão Branca, que já tinham matado oito pessoas aqui ou mais. E o repórter seguiu, por que não atendeu ao pedido da Dr. Tereza? Ele respondeu que não podia atender, porque não ia deixar de acompanhar um policial, para acompanhar ela, Tereza Braga, que dizem: é uma doutora que só vive embriagada.

Na sequência da entrevista, o repórter falou das reuniões na casa da Dra. Tereza Braga, e perguntou a Perré: Quem participava delas? Perré respondeu que os Padres Cristiano e Carlos, o Dr. Agnelo Amorim, o Dr. Williams Arruda, então prefeito, e outros, que não sabe o nome. Confirmou que ficava perto e ouvia tudo, mas depois que disse não fazer parte das reuniões nem cumprir suas ordens, ela mandou que saísse e ficasse em um quarto separado: “Eu dormia num quarto que tem, num quarto da casa”.

O repórter perguntou quanto tempo trabalhou na casa, e ele respondeu: dois meses e oito dias. Mas logo retorna, questionando o assunto das reuniões, em que Perré disse: “Eles só falavam em Mão Banca, falavam nos nomes daqueles que o personagem havia matado. Tudo girava em torno do Mão Branca”. De onde Assis Costa perguntou se Perré conhecia os policiais acusados, e ele disse que não: “somente agora está sabendo quem são os Mão Branca”, ou se recebeu dinheiro para defender os policiais e acusar a advogada. Respondeu que não, que disse “de livre e espontânea vontade”.

Por último, o repórter perguntou se Perré estava na Feira Central de Campina Grande em companhia da Dra. Tereza Braga e ela lhe mostrou o investigador Zezé Basílio, dizendo que ele era Mão Branca. Perré confirma que vinha com a Dra. Tereza da feira e tinha um homem em pé. Ela disse que era o Mão Branca, que “já matou muita gente e só vive me perseguindo”. O repórter perguntou, o que houve quando chegaram à casa? Ela disse que Perré seria sua testemunha contra Zezé Basílio, como recusou, ela o jogou de casa para fora, não o pagou, e o deixou nessa situação: desempregado, morando na rua e espancado, sem saber que também, seria executado.

O apoio público do jornal ao passo que constatado no processo de Zezé Basílio, confirma que as principais vítimas do grupo de extermínio Mão Branca eram detentos da Casa de Detenção de Campina Grande. De onde, pelo vínculo de Ciço Tomé, chefe da Central de Polícia com Temporal, por ele realocado na polícia como subordinado de Zezé Basílio, chefe da Primeira Delegacia Distrital, os tornaram acusados de homicídio de pessoas presas, e inclusive, menores infratores que cumpriam pena na Casa de Detenção.

> (...) os responsáveis pela morte dos marginais Carlos Alberto Alves, vulgo Carrinho Mãozinha; Antônio Cavalcanti D. de Araújo, vulgo Barrão; Renato Mendes da Silva, vulgo Renato Arara; Marcos Antônio de Araújo, vulgo Mocotó; Marlon Antônio da Silva, vulgo Paraibinha e Paulo José dos Santos Félix, vulgo Queimadas; e Eriomar Simão de Lucena, vulgo Perré (Trecho do prontuário do detento número 97, José Ferreira Basílio, Zezé Basílio, digitalizado no ano de 2013 do Presídio Regional do Serrotão em Campina Grande).

A acusação revelou que os dois únicos processados, Zezé Basílio e Zé Cacau, faziam parte do autodenominado: Pelotão de Fuzilamento da Polícia Militar da Paraíba, conhecido como Esquadrão da Morte ou Mão Branca. Grupo que, enquanto exterminava detentos, fichados na Casa de Detenção, praticava extorsões e ameaças, ao obrigar os delinquentes nas ruas a entregarem os produtos roubados, bem como trabalhadores e pessoas honestas, parentes e vizinhos dos detentos e ex-detentos, aterrorizados pela violência, ameaças e extorsão na zona leste da cidade.

Pelo processo, o Ministério Público admitiu a denúncia contra dois dos cinco acusados de serem membros dos Mão Branca: Zezé Basílio e Zé Cacau. Diante do caso, citaram os réus e deram o prazo de defesa e apreciação das testemunhas de acusação e de defesa. O que levou três anos para acontecer. Nesse momento, ao indagar os réus, a defesa pediu a absolvição de ambos, negando a versão da promotoria sobre a coautoria entre eles, a partir do que, ressaltou "o impedimento dos jurados sorteados". Pelos indícios, conforme Ginzburg (1989, p. 145), interpretamos os dados negligenciados, para concluirmos que não existe pelotão de fuzilamento com duas pessoas, que os Mão Branca era um pelotão de fuzilamento das polícias civil e militar da Paraíba, e que tinha um dos seus membros como delegado na Central de Polícia, justificava-se que as testemunhas não se encorajassem a depor.

Mesmo porque, algumas testemunhas eram também, pessoas fichadas na casa de detenção, além de pessoas honestas, moradores de bairros pobres, mas principalmente, os parentes das vítimas que mobilizaram a elite social campinense, acerca das manchetes policiais do jornal Diário da Borborema, contendo o nome dos marginais que deveriam ser executados, a partir de um *modus operandi* encenado entre policiais e jornalistas. No qual os Mão Branca

ligariam para a redação do jornal informando quem seria executado, e após a execução, ligariam para a redação do jornal e para a polícia, informando o local onde o corpo seria encontrado.

Na prática, a atuação dos Mão Branca foi radicalizada pela antecipação do pensamento jornalístico em relação ao contexto, que através de Assis Costa, escrevia as matérias publicadas nos jornais junto a exposição das vítimas, cujos corpos teriam os órgãos arrancados, braços, pernas, língua, etc. Essa era a época em que também, o Diário da Borborema esgotava todas as suas edições: "O jornal mal chegava às bancas e já ia parar nas mãos dos leitores. Todos queriam saber quem seria o próximo nome da lista" (SILVA, 2009, p. 83).

Diante dos fatos e da repercussão dos crimes, o juiz determinou ao condenado Mão Branca, Zezé Basílio, que iniciasse o cumprimento da pena na Colônia Agrícola Penal de Mangabeira, em João Pessoa. Ao mesmo tempo, encerrou a possibilidade de investigação da existência do grupo de extermínio, centrado em seu líder: "por se tratar de elemento bastante perigoso, segundo revelam as provas do processo". Apesar da determinação, os dados carcerários do detento comprovam que ele nunca cumpriu pena na Penitenciária de Mangabeira, como também não era o único membro do grupo de extermínio Mão Branca, que tinha seus integrantes na polícia, na imprensa e na Casa de Detenção de Campina Grande.

De toda forma, como iniciativa para conter os homicídios em série, iniciados em janeiro de 1980, na cidade de Campina Grande, o promotor substituto[8], devido ao impedimento do titular, ofereceu denúncia contra Zezé Basílio, e nela, contou o momento de auge dos Mão Branca. Época de fama em que apareceu o nome do delegado da Polícia Civil, chefe da Central de Polícia de Campina Grande, Ciço Tomé, mas não o dos últimos acusados de compor o grupo de extermínio, Temporal e Trovão. Assim, foram cinco os acusados de formar os Mão Branca: Zezé Basílio, condenado, Zé Cacau, absolvido dos homicídios, mas que ainda respondia por extorsão, juntamente com Temporal e Trovão[9], e Ciço Tomé, que não chegou nem a ser indiciado, continuando como delegado-chefe na Central de Polícia.

Embora dedicada a execução de pessoas fichadas na casa de detenção, com o interesse de facilitar a extorsão nas ruas e amedrontar os denunciantes, pessoas pobres e parentes das vítimas, mas também, a alta sociedade campinense, que acompanhava as manchetes da vida e

[8] *Assinado por Antônio de Pádua Torres.*
[9] *Francisco Rodrigues de Sousa.*

da morte dos detentos, tecida por comentários morais a respeito dos marginais perigosos, vendidos no jornal Diário da Borborema, o processo constata[10]:

> (...) tudo público e notório, mas que abafavam pelo terror que impunham às vítimas, parentes e vizinhos que testemunhavam as cruéis violações físicas e morais e à própria cidade alarmada pela onda crescente de crimes. Participavam os denunciados das mais sórdidas atividades criminosas em conluio com pequenos marginais (Trecho do prontuário do detento número 97, José Ferreira Basílio, Zezé Basílio, digitalizado no ano de 2013 do Presídio Regional do Serrotão em Campina Grande).

De cada matéria cabe destacar o apoio editorial à prática do grupo de extermínio Mão Branca, conforme noticiado no jornal do dia 28 de abril de 1980: Polícia diz que a cidade está tranquila depois que o Mão Branca surgiu. Na matéria os investigadores comentavam na central de polícia, que a ação do carrasco Mão Branca em Campina Grande foi muito boa para a cidade, pois o número de arrombamentos, assaltos, furtos e roubos diminuíram, chegando a 70% de diminuição das queixas na Delegacia de Roubos e Furtos.

Logo, ressalta que as opiniões em torno do assunto são as mais diversas, havendo investigadores que discordem dos índices de arrombamentos e furtos divulgados. “Os policiais acreditam que os ladrões estão agindo com mais cautela, embora tenha uma grande queda no número de denúncias na Polícia sobre arrombamentos e assaltos”. E de se posicionar: “A verdade é que o Mão Branca – eliminando apenas oito marginais na Paraíba, deixou o Estado bastante tranquilo”, e que os investigadores passaram a trabalhar apenas na apreensão de desordeiros e sem documentos, “pois nas rondas realizadas, durante à noite, a polícia não encontra marginais perambulando como acontecia anteriormente”.

O apoio compartilhado entre policiais e jornalistas, exemplificado no depoimento do delegado Roberto Medeiros, informou ter realizado quatro rondas no sábado, dia 20 de abril de 1980, que os marginais que eram vistos nas ‘tocas’, sumiram desses locais, e conclui: “Todas as ‘blitz’ realizadas pela polícia foram negativas, pois os ladrões não foram encontrados”. Que as malocas das favelas do Pedregal, da Cachoeira e do Jeremias e muitos outros pontos de encontro dos ladrões foram visitados, mas “estavam ‘limpos’”. O que para ele, provava a eficácia dos Mão Branca contra a criminalidade.

E, com isso, a retroalimentação do sistema que fornece matérias ao jornal Diário da Borborema, que no dia 01 de junho de 1980 noticia: Mão Branca mata assaltante com 16 tiros.

[10] Colunas jornalísticas, inicialmente de responsabilidade de Assis Costa e Hugo Ramos, que após o indiciamento dos acusados de formarem o grupo de extermínio, foi assumido pelo jornalista Ronaldo Leite.

Enquanto a reportagem narra que o Mão Branca voltou a agir e "Executou o marginal Expedito Ferreira da Silva, 'Negro Rei', com dezesseis tiros. Que o corpo do bandido foi encontrado na manhã do dia anterior, nas proximidades do Estádio "Amigão". Nele, foram dados dois tiros na cabeça, cinco no peito esquerdo, três no direito, um no braço esquerdo, um no pescoço, um no olho esquerdo e outro no direito, um no abdômen e um nas costas.

Execução essa, que o jornal justifica, Negro Rei tinha mais de dez entradas na central de polícia, e como especialidade a prática de arrombamento e de descuido, que ele estava no listão da morte como Nego Rei- Ladrão e descuidista. Sendo ultimamente, apontado como assaltante que atuava no estádio de futebol, Amigão, e que no dia 10 de maio de 1980 deu uma entrevista ao jornal Diário da Borborema, negando ser o "assaltante do amigão", ou seja, Nego Rei era conhecido da polícia, do jornal e da casa de detenção.

Na versão do jornal, o Mão Branca telefonou para a redação do Diário da Borborema às 21hs da quinta-feira, anunciando que voltaria a atuar. Que o repórter, da mesma forma dos policiais, não deu crédito, pois achava ser um trote. E que no dia seguinte, na noite de 30 de maio de 1980, "o carrasco ligou para a central de polícia e informou ao agente Jurandir que havia um cadáver no amigão, e disse: 'vamos conversar pouco, pois não tenho tempo a perder. Estou ligando para informar que reiniciei minhas atividades". E dessa vez, foi o assaltante Nego Rei, que está no inferno e o seu corpo no estádio Amigão.

A morte de Nego Rei reflete a transformação no grupo, que pela denúncia, relembrou a origem dos Mão Branca, quando pelo prestígio de Ciço Tomé na Polícia Civil, ele reintegrou o ex-policial militar, Temporal, como policial de ofício, mesmo após ele já ter sido expulso da polícia por extorsão e tortura. Essa expulsão foi o motivo que levou Temporal a se divorciar e a se mudar para Feira de Santana, de onde contribuía com a polícia paraibana, a partir das informações dadas por Perré acerca da movimentação criminal na zona leste da cidade, área da Primeira Delegacia Distrital, comandada por Zezé Basílio.

A promotoria não tinha dúvida que foi para compor o grupo de extermínio Mão Branca, que Temporal retornou aos quadros da polícia paraibana: "outro sumo pontífice do crime organizado em Campina Grande, extorquia dinheiro de marginais desde muito tempo, como confessa na carta endereçada a sua ex-mulher (...) e de pessoas pacatas como se evidencia dos autos". Conforme o processo, mais escandaloso era o sequestro e a execução de menores que cumpriam pena na Casa de Detenção: "sob pretexto de transferi-los de cela, os levaram para os arredores da cidade e impiedosamente os mataram".

O mesmo modo do assassinato dos detentos Carrinho Mãozinha, Paraibinha e Mocotó, e do menor infrator Queimadas, ainda se repetiu com outro menor, também preso na Casa de Detenção de Campina Grande, apenas conhecido como Pernambuco, e que nunca foi julgado. Pela denúncia, na vaga de Temporal, expulso da corporação, Pernambuco passou a fornecer os produtos de furto à Zezé Basílio, que os dividia no grupo. Daí que, o método de atuação dos Mão Branca se manteve na extorsão, até janeiro de 1980, quando reintegrado à polícia, Temporal, juntamente com Zezé Basílio e Ciço Tomé, estiveram na casa da mãe de Carrinho Mãozinha para jurar e cumprir a morte do seu filho. Que foi denunciada por Celma, tia de Carrinho Mãozinha, e corroborada na versão de Perré, que antes de também ser assassinado, testemunhou a condução de Renato Arara para a morte.

Ainda que a promotoria encontrasse os complicadores à elucidação dos casos na atuação de Ciço Tomé como delegado na Central de Polícia de Campina Grande, com o poder inclusive de reconduzir policiais expulsos à corporação como policiais de oficio, e de Zezé Basílio como policial-chefe na Primeira Delegacia Distrital, área de atuação dos Mão Branca. Foi a denúncia dos parentes das vítimas como Celma e o engajamento social da advogada Terezinha Braga contra o que noticiava o jornal Diário da Borborema, que levou a elite campinense a se reunir em torno da igreja católica: políticos, advogados e professores contra o grupo de extermínio e pela revelação de quem eram os Mão Branca.

O clamor público capitaneado pela igreja católica, fez a reformada equipe editorial do jornal Diário da Borborema transformar o seu posicionamento de apoio ao grupo de extermínio ao noticiar a indiferença do governo da Paraíba em relação aos crimes cometidos pelos Mão Branca. A matéria destacava que a igreja e entidades sociais e de classe reconheceram os Mão Branca como uma nova face do Esquadrão da Morte, denunciando a impunidade aos integrantes e a indiferença das autoridades. O texto destacou que a morosidade nas providências tornava os denunciantes: Padres, advogados, professores e populares sujeitos à perseguição: “a vida de pessoas está em jogo”.

Mais detalhadamente, o processo confirma que são crimes praticados em várias cidades do Brasil, e que em Campina Grande, se escondendo no vulgo Mão Branca, o Esquadrão da Morte assassina pessoas impunemente. E que essas ações são uma tentativa de desmoralizar e de atemorizar membros idôneos da sociedade e de confundir a opinião pública a “denegrir a causa da defesa dos Direitos Humanos”.

Para as entidades que formavam a Comissão de Justiça e Paz, estava patente a indiferença das autoridades, porque apesar comissão ter se dirigido por oficio ao governo do

Estado não houve nenhuma providência, além da nomeação de um promotor para a realização de um inquérito com a aceitação das denúncias. Por isso, afirmava que as entidades e personalidades que subscreveram a nota, conclamavam toda população campinense e paraibana a exigir das autoridades, medidas que "acabem com a insegurança reinante em nossa cidade".

Nesse momento, os Mão Branca perderam espaço na redação do jornal, e com isso, o seu lugar de fala na opinião pública. A partir daí surgem ameaças à reformada equipe editorial se intensificaram. O que trazido pela documentação processual, e integrado à participação de Temporal no grupo, por ser íntimo de Ciço Tomé e subordinado de farda a Zezé Basílio, juntos, passaram a extorquir dinheiro e produtos dos marginais da zona leste de Campina Grande, que ao reagirem, eram presos, espancados, sequestrados, torturados e mortos. Uma atividade criminosa, cuja forma se valia dos assassinatos de presos e menores infratores da Casa de Detenção de Campina Grande, para facilitar a extorsão e ameaças às pessoas pobres, vizinhos e familiares dos perseguidos:

> Procedia também a coleta de propina e dinheiro para o primeiro denunciado, Zezé Basílio. A atividade criminosa de 'Zé Cacau' não se limitava a extorsão e a concussão, mas também na eliminação de viciados como ele, descuidistas, traficantes, enfim todos os marginais marcados pra morrer pelo odiendo esquadrão da morte. (Trecho do prontuário do detento número 97, José Ferreira Basílio, Zezé Basílio, digitalizado no ano de 2013 do Presídio Regional do Serrotão em Campina Grande).

O processo concluiu, através do Ministério Público: "a existência de um concurso material de crimes praticados em *concursus delinquentium* pelos denunciados, que formavam a sinistra organização do esquadrão da morte que se autodenominou Mão Branca".

Ao passar a individualização das penas, a acusação pediu a condenação dos três principais acusados, enquanto o outro membro: Trovão, nunca apareceu diretamente relacionado a nenhuma acusação de homicídio, mas de extorsão e tráfico, juntamente com Zé Cacau e Temporal. Por isso, os três foram julgados juntos, no ano de 1987, enquanto quatro anos antes, já se comentava: "É, sem sombra de dúvida o 'quinto' ocupante do veículo que sequestrou e matou 'Perré'".

Contra Temporal, as frágeis relações aos crimes de homicídio, o histórico de extorsão e o seu julgamento, desmembrado do julgamento de Zezé Basílio, se deu juntamente com o de Trovão. Nesse momento, os Mão Branca deixaram de ter seus membros atuando na polícia, no Diário da Borborema e na Casa de Detenção, para personificar-se no seu líder, Zezé Basílio. Com isso, desviando-se da participação de Ciço Tomé, concentrando-se nos crimes de extorsão

de Zé Cacau, Temporal e Trovão, e finalmente, através do mesmo Diário da Borborema, até 1987, reinventando a história, que acabou transformando cúmplices em vítimas dos Mão Branca em Campina Grande.

Nesse clima de vingança, o Diário da Borborema do dia 08 de agosto de 1980 apresentou a homilia realizada pelo arcebispo de Recife e Olinda, Dom Hélder Câmara, falando sobre violência, miséria e união. Matéria na qual afirmava que as atividades na catedral estavam interrompidas por seis meses devido a ameaça do grupo de extermínio Mão Branca e em protesto contra a inércia das autoridades.

E, como forma de desvincular a edição jornalística do grupo de extermínio, após a condenação de Zezé Basílio à pena de 74 anos de prisão, as matérias jornalísticas seguiam duas formas, a apresentação do posicionamento da igreja católica em favor dos direitos humanos e a aproximação entre os Mão Branca e a Polícia Militar, através de charges. Como expressa na matéria do dia 08 de agosto de 1980, em que o desenho mostra um homem sendo assaltado, e que ao chamar a polícia, disse: Socorro, polícia, Mão Branca quer me matar! E a resposta: você tem sorte! Aqui está a polícia.

Conclusão

O clima de terror em Campina Grande, reverberado no jornal Diário da Borborema, focava a opinião pública no julgamento dos Mão Branca, na dificuldade no comparecimento das testemunhas e dos jurados, em que mesmo com os nomes revelados, a maioria dos seus membros estavam soltos e um deles, ainda trabalhava como delegado na central de polícia. Diante disso, foi necessário formar um Conselho de Sentença que tinha a advogada Terezinha Braga e sua irmã, a professora Letice Braga e o padre Charles Beylier. Todos perseguidos, até a justiça reconhecer o homicídio dos detentos: Carrinho Mãozinha, Queimadas, Mocotó e Paraibinha, do preso domiciliar Barrão, do ex detento Renato Arara e da testemunha Perré.

Momento em que ao acolher as circunstâncias qualificativas dos homicídios com todas as agravantes, enquanto um deles, Zé Cacau, foi inocentado de todas as acusações de homicídio, ficando em liberdade para responder aos crimes de extorsão às vítimas dos Mão Branca, o outro, Zezé Basílio, foi condenado à pena de 74 anos de prisão, sendo os dois primeiros deles, cumpridos fora de Campina Grande, por medida de segurança: “por ter o mesmo participado do seu trucidamento”.

O juiz se posicionou que atendendo a decisão soberana do Júri, julgou a ação procedente em parte, para em consequência, condenar o réu José Basílio Ferreira, vulgo Zezé Basílio à

pena de 74 anos de reclusão, incurso no art. 121. Por outro lado, absolveu Zé Cacau[11] das acusações que lhe foi movida pela Justiça Pública, por entender que o mesmo não participou, direta ou indiretamente de nenhum dos crimes de que foi acusado. Em razão disso, ordenou que o réu fosse posto em liberdade.

Foi assim, que a luta de mulheres de diferentes condições sociais com as armas próprias das mulheres, a palavra para o convencimento das pessoas e o engajamento de outros, junto delas próprias à frente da causa: A venda de corpos de pessoas presas e marginais ao jornal Diário da Borborema, que começou a ser revelada quando Celma resistiu, indo até o fim no seu testemunho do que viu sobre a execução do seu sobrinho, Carrrinho Mãozinha, na Feira Central de Campina Grande. E, da Dra. Terezinha Braga, que ao fazer a denúncia, reunir, membros da igreja e políticos, sofreu calúnia no Diário da Borborema e ameaças de morte de Zezé Basílio. Como resultado, ainda que conseguindo a condenação de Zezé Basílio, que morreu de infarto na prisão no ano de 1991, o sentimento de impunidade aos demais Mão Branca nas polícias civil e Militar da Paraíba, no jornal Diário da Borborema e na Casa de Detenção de Campina Grande, ressalta o corporativismo masculino, que se abriga no moralismo militar.

Bibliografia

BICUDO, Hélio. Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1979.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001.

ESTEVAM, Luciana. Cidade e Violência: Campina Grande na década de 1980 e a representação dos Mão Branca nos jornais. Dissertação de Conclusão do Curso de Mestrado em História: Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

GINZBURG, Carlo. O Fio e os Rastros: O verdadeiro, o falso e o fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Submetido em: 01/01/2024

Aceito em: 29/12/2024

[11] *José Carlos de Oliveira.*